

ARTIGO | *PAPER*

## **PORQUE IMPORTA SABER DE CERÂMICA PORTUGUESA NO COLONIALISMO ATLÂNTICO?**

Tânia Manuel Casimiro<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Nova de Lisboa, pesquisadora e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades (HTC-CFE-FCSH), apoio financeiro: DL57/2016/CP1453/CT0084. E-mail: [tmcasimiro@fcsh.unl.pt](mailto:tmcasimiro@fcsh.unl.pt)

## RESUMO

A presença de cerâmica portuguesa nos territórios atlânticos há muito que tem sido notada. Faiança, cerâmica comum e cerâmica vidrada eram enviadas para as colónias portuguesas do Atlântico, utilizadas nas actividades domésticas e industriais, numa tentativa, muitas vezes não conseguida, de manutenção do estilo de vida europeu e de extrema importância económica para a subsistência das olarias portuguesas. Este artigo planeia ser uma introdução ao enorme potencial de pesquisa que é a análise das evidências cerâmicas portuguesas espalhadas pelo Atlântico.

## PALAVRAS-CHAVE

Cultura material; comércio; produção; consumo; relações coloniais.

---

## ABSTRACT

The presence of Portuguese ceramics in colonial Atlantic territories has been noted for some years now. Tin-glazed ware, redwares, and glazed wares were sent in massive amounts into the Portuguese Atlantic colonies and used in domestic and industrial activities. These objects were fundamental in the preservation of a European lifestyle that settlers and their descendants tried to hold to and important for the economic growth of Portuguese pottery production. This paper aims to be an introduction to the enormous research potential that Portuguese ceramics in the Atlantic represent.

## KEYWORDS

Material culture; trade; production; consumption; colonial relations.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

CASIMIRO, Tânia Manuel. Porque importa saber de cerâmica portuguesa no colonialismo atlântico? Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 230-249, Jan-Jun. 2022.

## INTRODUÇÃO

Escrever este texto foi uma tarefa exigente. A dificuldade não se prendeu nem com a escolha do tema, nem com os conhecimentos que deveriam ser transmitidos, mas sim com a dificuldade em debater a presença de cerâmica portuguesa nas relações coloniais atlânticas no sentido de escapar a uma perspectiva eurocêntrica. Como balancear a presença de objectos portugueses encontrados no espaço atlântico em relação às produções locais? Como construir uma abordagem que não acentue as desigualdades, no sentido de apagar a prática das comunidades locais em cada assentamento colonial, visto que, em muitos dos lugares, nos primeiros séculos, os europeus sempre foram a minoria? Como confrontar o ofício português da produção de cerâmica, maioritariamente masculino e patriarcal, com aquele que se desenvolvia em lugares onde as mulheres produziam suas cerâmicas para uso doméstico e, muitas vezes, suprimiam as necessidades de consumo dos portugueses? Como abordar comunidades compostas por indígenas, europeus e africanos? A investigação deverá ser direccionada para o esforço de encontrar o equilíbrio que problematize a história de cada lugar, os seus diferentes agentes e a forma como a sua interação relacional pode ser um dado fundamental no estudo das movimentações atlânticas.

Em 1500 os portugueses, na sequência de um conhecido projecto de expansão ultramarina, cujo início remonta a 1415 com a conquista de Ceuta, chegaram ao território hoje brasileiro. Durante esse período ocuparam quatro arquipélagos atlânticos e diversos pontos da costa de África. A apropriação destes territórios ocorreu com ritmos diferentes e propiciando o contacto com diferentes grupos humanos. Associados às movimentações marítimas circulam variados recipientes cerâmicos, em diferentes quantidades, fundamentais na manutenção económica do sistema colonial que auxiliavam parte da população no seu dia-a-dia, utilizados nas mais determinadas funções. Esta importação de objectos oriundos de Portugal irá continuar, com diferentes ritmos, durante mais de 300 anos quando, durante o século XIX, sobretudo após 1822, a cerâmica produzida localmente e as importações inglesas levam à diminuição das importações portuguesas.

Durante este período a cerâmica portuguesa, em todas as suas variantes tipológicas e formais, assumiu um papel importante como materialidade do processo colonial português no Atlântico, de que o Brasil foi o território de maiores dimensões. A exportação em larga escala para o outro lado do oceano foi um procedimento fundamental para o crescimento económico das olarias portuguesas visto que enormes quantidades de objectos saíam dos centros produtores portugueses em direcção a todas as colónias. Ainda que números concretos não sejam conhecidos, sobretudo numa perspectiva arqueológica, são de referir os registos portuários no norte de Portugal que mencionam a exportação para locais como Baía, Pernambuco, Rio de Janeiro ou Pará. Os centros produtores eram sobretudo Vila Nova, Coimbra, Aveiro, Prado e Massarelos. A título de exemplo entre 1767 e 1776, já numa época de produção industrial, foram exportadas através da Cidade do Porto, 91'825 dúzias de peças para o Brasil o que representava mais de um milhão de objectos, apenas do norte de Portugal (LEÃO, 1999, 199). Para períodos mais recuados

a contabilização não é tão simples, contudo os registos do Cabido da Sé do Porto, são profícuos no relato de cargas para o Brasil, Angola e Cabo Verde, sobretudo entre 1647 e 1713, acendendo a largas centenas de milhares de objectos (LEÃO, 1999, 153). O norte do país estava longe de ser a zona com maior produção. Lisboa seria o maior centro produtor do reino pelo que podemos extrapolar a circulação de milhões de objectos no comércio atlântico.

No entanto, não podemos jamais esquecer que entre 1580 e 1640 Portugal esteve sobre domínio político dos reis espanhóis e uma relação cultural, comercial e política que já de si era tão próxima, tornou-se ainda mais próxima. Durante este período os mercados ibéricos ainda se unificam mais e é muito possível que colónias originalmente portuguesas tenham recebido grandes quantidades de objectos cerâmicos produzidos em Espanha. As colónias espanholas beneficiaram da possibilidade de consumir produções lusas (ZORZI, 2016). Esta união importa, pois ainda que a maior parte dos recipientes oriundos de cada país sejam distinguíveis alguns deles, podem ser confundidos.

Até recentemente a abordagem era exclusivamente unilateral e estruturalmente colonialista. Portugal era o grande centro exportador que abastecia as colónias com o tipo de recipientes que serão analisados mais abaixo, dominando todo o comércio e consumo. A presença de louça portuguesa significava o sucesso do projecto colonial. Desconstruir este discurso implica desenvolver conhecimentos combinados onde se compreenda qual o papel das diversas comunidades nesta relação entre pessoas e objectos. Recentemente, surgiram evidências que podem mudar um pouco esta perspectiva de domínio, visto que o comércio não era efectuado apenas num sentido, mas do Brasil chegavam a Portugal recipientes ali produzidos, ainda que não saibamos ao certo de que zona do Brasil eram oriundos estes objectos. Apresentam, como veremos, características muito específicas que os distinguem das outras produções europeias.

Os objectos encontrados nas colónias ultramarinas portuguesas reflectem como a produção de cerâmica em Portugal era um sistema complexo, extraordinariamente organizado em sintonia com as estruturas sociais e ideológicas e que dava ocupação a milhares de pessoas desde o momento em que o barro era extraído até ao momento que entrava na mão do consumidor, reflexo de um país com contactos globais. A organização do ofício de oleiro era altamente estruturada e hierarquizada em torno da família e toda a gente dentro da olaria respondia ao mestre oleiro. Era um mundo essencialmente masculino onde as notícias de mulheres são raras e sempre dependentes do seu marido e ligadas sobretudo à venda local da produção.

Todas as cidades e vilas portuguesas produziam cerâmica. A maior parte destes recipientes eram consumidos nas proximidades dos locais onde eram manufacturados, contudo certos tipos de produções vão ser de tal forma apreciadas que serão consumidas em diversos pontos do globo. Existiam zonas onde a produção era em maior quantidade e pensada para o comércio internacional e o fornecimento dos territórios ultramarinos. Falamos de locais como Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Lagos, entre outros (Fig. 1). A quantidade de objectos que são encontrados nas escavações arqueológicas em Portugal, nas suas colónias e noutros territórios, em contextos urbanos e rurais, entre os séculos XV e XVIII, são representativos desta grande produção.

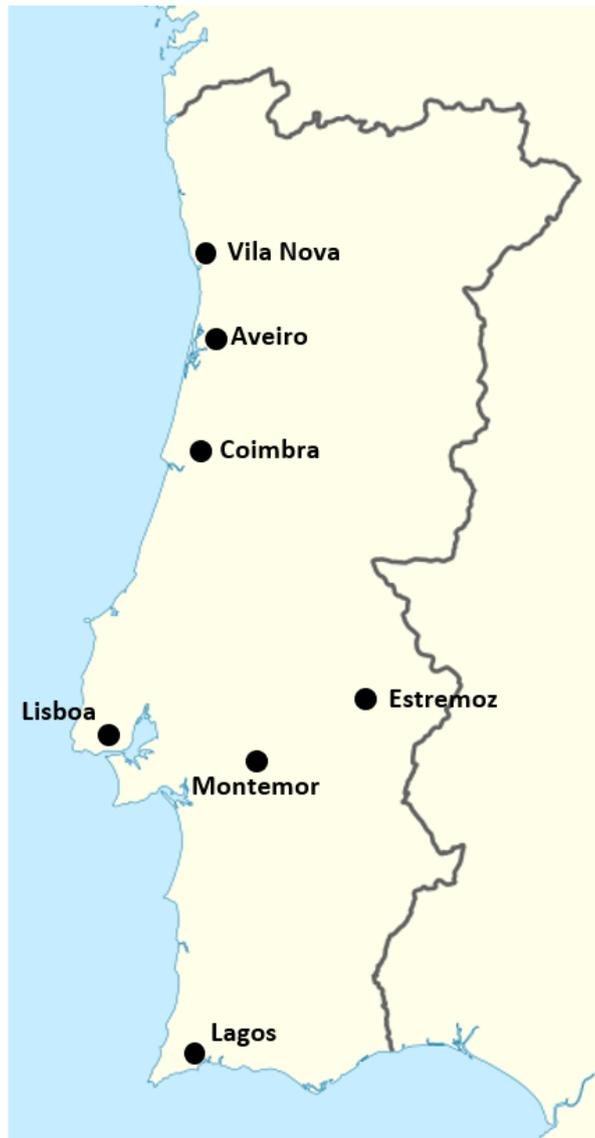


Fig. 1 – Mapa de Portugal com os sítios mencionados no texto

O propósito deste artigo é abrir um caminho de investigação sobre a importância que estes objectos têm no estudo de relações coloniais. O objectivo não é nem uma abordagem exaustiva de todas as formas cerâmicas e decorações existentes, assunto que tentarei abordar em publicações futuras, nem uma análise exaustiva do tipo de cerâmica recuperada nos mais diversos pontos do Atlântico, mas sim uma abordagem sobre a importância de ter em mente uma análise combinada entre os sítios de origem e os sítios de consumo. Ainda que este processo não seja fácil, o objectivo será descolonizar a ideia, generalizada e divulgada em Portugal, de que a produção portuguesa dominou por completo o consumo de cerâmica nas colónias, tanto de um ponto de vista material como mental e que esse apagamento material e consequentemente cultural, nunca foi nem generalizado nem efectivo (SALLUM; NOELLI, 2020). Ainda que o presente texto aborde apenas a cerâmica portuguesa é fundamental compreender como as produções europeias e locais conviveram e de que forma representam ontologias relacionais que assentam no processo de dominação colonial.

## A FAIANÇA PORTUGUESA

É incerto se, quando se inicia o processo de expansão colonial nos inícios do século XV, se Portugal estaria a produzir ou não louça revestida a esmalte estanífero, o que comumente se designa de faiança. Ainda que a técnica fosse utilizada na Península Ibérica durante o período de domínio muçulmano e a mesma nunca tenha desaparecido em Espanha, não existem, até ao momento, evidências produtivas entre o século XIII, momento em que a maioria do território é submetida política e militarmente pelo domínio cristão e meados do século XV (VERA REINA e LOPÉZ TORRES, 2005). A evidência produtiva mais recuada que se conhece foi recuperada num forno em Lisboa, encontrado numa escavação arqueológica nas Escadinhas da Barroca, datado do reinado de Afonso V (HENRIQUES *et al.*, 2019). Associados a esta estrutura foram recuperados fragmentos de louça branca, também designada na literatura arqueológica de malagueira (SEBASTIAN, 2010). Estas teriam sido as primeiras faianças produzidas em Portugal e aquelas que acompanharam o processo de expansão ultramarina até sensivelmente meados da segunda metade do século XVI. Trata-se sobretudo de pratos troncocónicos com o fundo em onfalo e taças carenadas com o fundo assente em pé anelar, muito semelhantes ao que se estava a produzir em outros locais da Península Ibérica, nomeadamente em Sevilha (Fig. 2) (PLEGUEZUELO, *et al.*, 1997). São essencialmente peças sem qualquer tipo de decoração e, quando aquela surge, reflecte-se apenas em algumas tímidas linhas concêntricas junto ao interior do bordo ou do fundo ou um elemento vegetalista no interior do fundo. Este tipo de objectos espalha-se pelo atlântico durante mais de um século e alterações significativas apenas vão ocorrer por volta de 1570 quando um novo estilo de louça começa a ser mencionada na documentação e a surgir no registo arqueológico. As peças robustas vão dar lugar a louça mais delicada, designada de *feição de porcelana*, decorada a azul e, não obstante outras influências, altamente condicionada pelo gosto que a sociedade portuguesa e demais sociedades europeias desenvolveram pela porcelana e pelo motivos decorativos orientais.

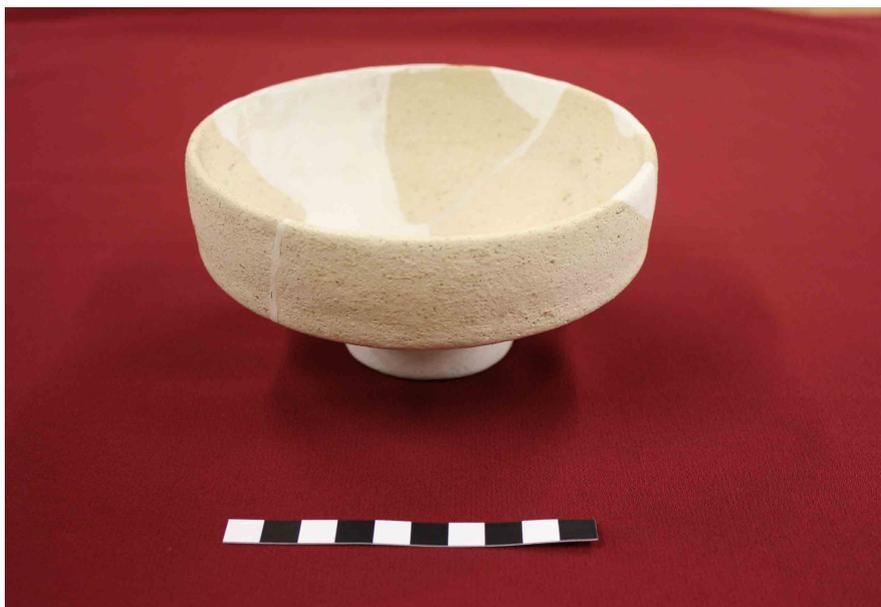


Fig. 2 – Taça carenada em faiança (meados do século XVI)

Esta nova louça, que, com muitas alterações, dominou a produção portuguesa até aos finais do século XVIII, inundou o mercado e foi consumida em larga escala em diversos pontos do globo. A variabilidade morfológica é grande (Fig. 3) ainda que pratos e taças correspondam a cerca de 90 % do total de objectos produzidos. Esta é a razão por que a mesma é designada entre os séculos XVI e XVIII de louça, e distinguida muitas vezes como “louça branca”, “louça branca de talaveira”, “louça de malega”, “louça branca pintada”, “louça de Veneza” ou “louça ordinária”, claramente manifestando a sua funcionalidade primária de ser usada à mesa para consumo de alimentos (CASIMIRO e GOMES, 2022).



Fig. 3 – Formas de faiança portuguesa

Esta consistência formal foi completamente ofuscada pela variabilidade decorativa. Seria completamente impossível neste trabalho apresentar todas as decorações existente e as suas evoluções ao longo de cerca de três séculos. A evolução crono-estilística que foi estabelecida há quase uma década (CASIMIRO, 2013), ainda que a precisar de actualização, mostra claramente

que ao longo do tempo os motivos decorativos que preenchem as formas de faiança vão sofrendo variações que se relacionam com as próprias alterações pelas quais a sociedade portuguesa vai passando. Algumas destas decorações, sobretudo as de influência oriental vão ser marcantes no reconhecimento destes objectos, nomeadamente o que se convencionou chamar de *aranhões* em que imitações das folhas de artemísia, rolos de papel, cabaças e crisântemos, são colocados dentro de cartelas. O azul é a cor predominante, com alguns apontamentos de amarelo, antes de meados do século XVII e complementado com manganês a partir daí.

A faiança é um tipo de produção altamente especializada e cuja produção implica o domínio de diversas técnicas. Neste sentido estava limitada a algumas zonas do país, nomeadamente Lisboa, Coimbra e Vila Nova (actual Gaia). Lisboa era o maior centro produtor do reino chegando a ter em funcionamento na primeira metade do século XVII 28 fornos de faiança, produzindo diferentes tipos e qualidades de louça destinados ao abastecimento do país, das colónias e ainda comercializando os seus produtos com diversas partes do globo (CASIMIRO, *et al*, 2015). Coimbra seria o segundo maior centro, destinado sobretudo ao comércio interno, sendo conhecidas apenas algumas peças fora do país, nomeadamente no Brasil, Terra Nova e Inglaterra (CASIMIRO, 2011). Vila Nova é um caso interessante. É assumido que as olarias se situam em zonas onde o acesso à matéria-prima é relativamente fácil, no entanto Vila Nova desenvolve uma indústria que depende da importação de matéria-prima – o barro branco – de Lisboa. Ainda que encarecendo o produto final, os mercados vilanovences eram sobretudo a área urbana do Porto, a Galiza, a terra Nova e o Brasil (LEÃO, 1999).

O predomínio desta louça é tal que ela chega a tornar-se a produção mais abundante em alguns contextos seiscentistas. A decoração não é só uma questão de gosto. Numa perspectiva estrutural ela faz parte de uma campanha ideológica que marca a presença portuguesa no mundo. Não será inocente que a mesma surja designada nos *probate inventories* na Nova Inglaterra como *Lisbon ware*, onde a sua visualização não fazia nomear a porcelana que a inspirava, mas a capital de um império ultramarino com um predomínio económico no atlântico (WILCOXEN, 1999).

## A CERÂMICA COMUM

Se falar de faiança é uma tarefa hercúlea ainda o é mais falar daquilo que é normalmente designado em Portugal de cerâmica comum. Talvez este não seja o nome mais indicado, mas é aquele que, para além do mais generalizado, permite uma designação mais abrangente para enorme variedade dos objectos que se incluem nesta categoria cuja heterogeneidade se reflecte nas formas, funções, pastas, cor... entre outras características. Recorrendo ao nome pelo qual estes objectos eram conhecidos na Idade Moderna era o que comumente se designava de *louça vermelha* ou *louça preta*, dependendo da tonalidade da sua estrutura.

Corresponde sobretudo, mas não exclusivamente, aos objectos de todos os dias (Fig. 4). Aqueles que eram utilizados em ambiente doméstico para auxiliar nas mais variadas tarefas e que

eram produzidos em todas as cidades e vilas portuguesas sem que se conheça alguma excepção. Em termos de análise funcional são muitas vezes categorizados como louça de cozinha, louça de armazenamento, ou louça de mesa, ainda que as suas utilizações sejam sempre discutíveis. A multiplicidade dos centros produtores, literalmente todas as cidades e vilas do país, faz com a sua variedade formal seja ainda maior, visto que as produções respondem às exigências locais de cada população e à sua relação com o ambiente e estruturas sociais e simbólicas.

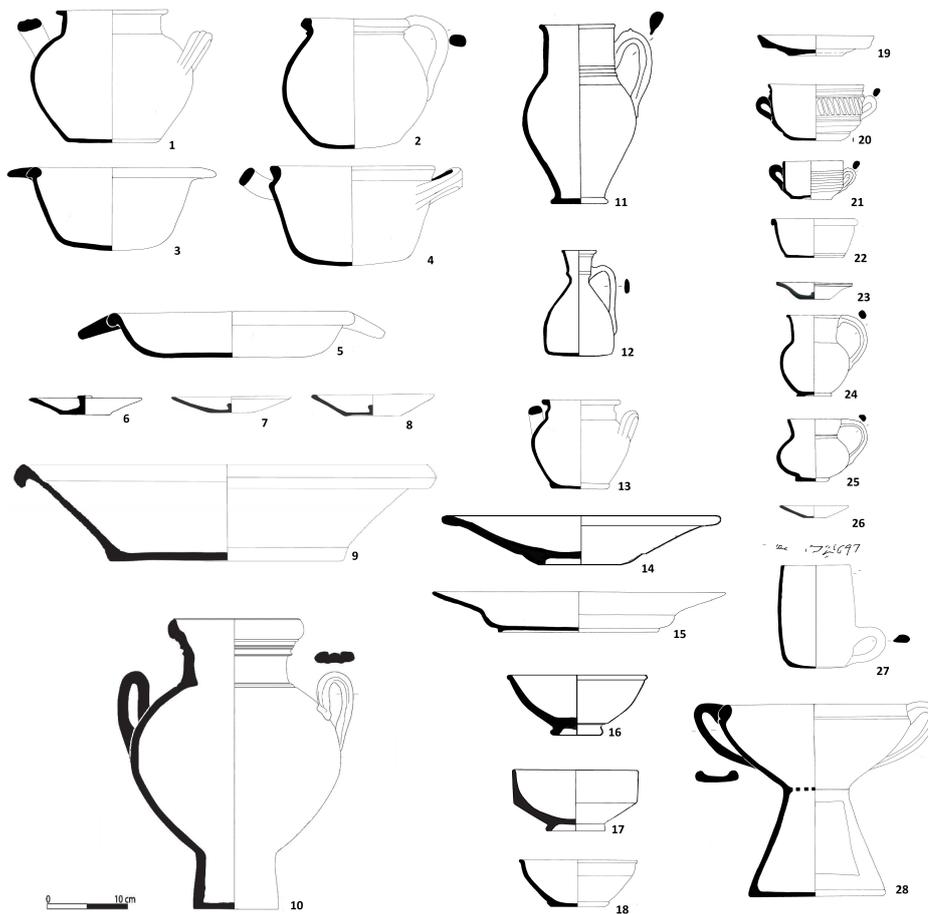


Fig. 4 – Formas de cerâmica comum

Será difícil mencionar qual o tipo de objecto que existe em maior número, visto que esse número varia entre contextos, mas se atendermos aos Regimentos (regulamentos) que conhecemos para o ofício de oleiro e o cruzarmos com a informação obtida dos contextos arqueológicos notamos que os recipientes destinados a ser utilizados ao fogo, para cozinhar, tais como as panelas, caçoilas e frigideiras ocupam um lugar de destaque até porque, devido ao seu frequente manuseamento quebravam com facilidade. A panóplia de recipientes é grande e difícil de enumerar exaustivamente no presente trabalho, mas temos de mencionar os alguidares, vasos de noite, fogareiros, candeias, pratos, taças, potes dos mais diversos tamanhos e formatos, com e sem tampa, entre as muitas variantes formais e de dimensão destes objectos (BUGALHÃO e COELHO, 2017; CASIMIRO e GOMES, 2022).

Também em elevado número e destinados ao consumo de água foram produzidos talhas, cântaros, bilhas e púcaros. De facto, os púcaros ocupam um lugar especial na produção de louça vermelha portuguesa. Este pequeno objecto, destinado ao consumo individual de água era produzido em quantidades massivas durante a Idade Moderna. Apesar de todas as cidades os produzirem e de custarem o baixo valor de um a três reis, surgiram oficinas especializadas nestes objectos em locais como Estremoz, Montemor ou algumas olarias em Lisboa, Aveiro e Coimbra, que produziam peças excepcionais (FERNANDES, 2012; NEWSTEAD e CASIMIRO, 2018). Um púcaro de Estremoz poderia custar até 150 reis, mostrando que poderiam ser peças altamente excepcionais e apenas utilizadas pelas elites (HALLET e SENOS, 2018). Esta afirmação é ainda mais exacerbada quando notamos que maior parte dos púcaros nos outros centros custavam entre 1 e 2 reais (FERNANDES, 2012). Estremoz era conhecido pelas suas produções delicadas e decoradas com incisões e pequenas pedrinhas de quartzo a comporem diferentes desenhos, técnica que irá ser reproduzida, pelo menos que se saiba, também em Lisboa e Coimbra (SILVA, 2012). As produções de Montemor (actualmente Montemor-o-Novo) distinguem-se pelo facto de o barro que fazia estes púcaros ser amassado com milhares de pedrinhas no seu interior, dando-lhe um ar quase “mesclado”. Já Lisboa distinguia-se pelas suas peças “modeladas” onde o oleiro lhes dava um aspecto original e especial prensando partes do corpo ou com recurso a estiletetes, criando decorações (Fig. 5). Coimbra distinguia-se pelas suas peças vermelhas delicadas e pintadas a branco. Em diversas olarias do Norte vamos encontrar peças negras decoradas com elementos decorativos e pulverizadas com micas, dando-lhe um aspecto prateado. As peças manufacturadas nas oficinas alto-alentejanas vão distinguir-se não apenas pela sua estética, mas igualmente pelo seu cheiro e sabor o que as tornará muito apetecíveis pelos consumidores dentro e fora do território português e identificadas um pouco por todo o mundo (NEWSTEAD e CASIMIRO, 2020).



Fig. 5 – Cerâmica modelada de Lisboa

Todavia as produções de cerâmica comum não eram apenas destinadas ao consumo doméstico. Uma das produções mais frequentes em Portugal, nomeadamente em Lisboa e áreas circundantes, bem como em Aveiro, era a cerâmica do açúcar, tanto as formas como os potes onde aquelas encaixavam (SILVA e MORGADO, 2020; SILVA, 2012). Quantidades enormes destes recipientes foram produzidos nos centros oleiros portugueses e exportados para as colónias atlânticas, sobretudo Madeira, São Tomé e Brasil onde uma importante parte da exploração económica se focavam na plantação e produção de açúcar nas largas centenas de engenhos distribuídos pelos territórios ultramarinos dominados pelos portugueses. A forma destes recipientes é sobejamente conhecida em diversos pontos do Atlântico, tanto junto aos centros de produção oleira como nos engenhos onde eram utilizadas. O seu número chega ainda a ser maior do que o das botijas/anforetas que eram produzidas pelo menos em Aveiro e Lisboa e também exportadas em larga escala para diversos pontos do globo (Fig. 6) (CASIMIRO, 2013a; SILVA 2018). O seu valor não era enquanto objecto, mas sim enquanto recipiente de outros produtos, sobretudo o azeite. Ainda que botijas portuguesas tenham sido recuperadas em locais tão distantes como o Japão é no comércio Atlântico em locais como a terra Nova ou Grã-Bretanha que as vamos encontrar em maior número, ainda que a ausência de estudos para o Atlântico sul não nos permita concluir se a incidência era maior ou menos que em outras latitudes.



Fig. 6 – Botijas portuguesas

## A CERÂMICA VIDRADA

A cerâmica com as superfícies revestidas a vidro de chumbo é certamente a que menos atenção tem recebido por parte dos investigadores nos últimos anos. Exceptuando as produções de Lisboa e Coimbra, pouco se sabe o que se produzia no resto do país (CASIMIRO et al. 2018; SILVA, 2019). Ao momento é até difícil de saber com exactidão onde se produzida. Não sendo exclusiva dos grandes centros, tal como a faiança, também não seria tão generalizada como a cerâmica comum, fazendo com o seu preço fosse ligeiramente acima da louça não vidrada. A sua produção exigia já alguma mestria no domínio da preparação dos vidrados e o acesso a matérias-primas mais dispendiosas tais como o chumbo, o cobre e o antimónio, utilizados na coloração dos vidrados que podiam ser verdes – a grande maioria – amarelos ou castanhos, razão pela qual eram conhecidas como *malega verde* ou *malega amarela*.

Surgem diversos tipos de recipientes, mas o mais difundido é certamente o alguidar (Fig. 7). Desde finais do século XV que o número de peças vidradas com esta morfologia aumenta no registo arqueológico e se a sua forma troncocónica com bordo extrovertido revela apenas alterações pontuais, já o seu tamanho oscila entre os objectos de enormes dimensões com mais de um metro de diâmetro no bordo até aos mais pequenos com cerca de 30 centímetros de diâmetro. Outras peças correspondem a jarros e garrafas, cuja funcionalidade seria a de conter e servir vinho, taças e pratos para comer à mesa, panelas e frigideiras para preparar alimentos entre outros recipientes com funções diversas.

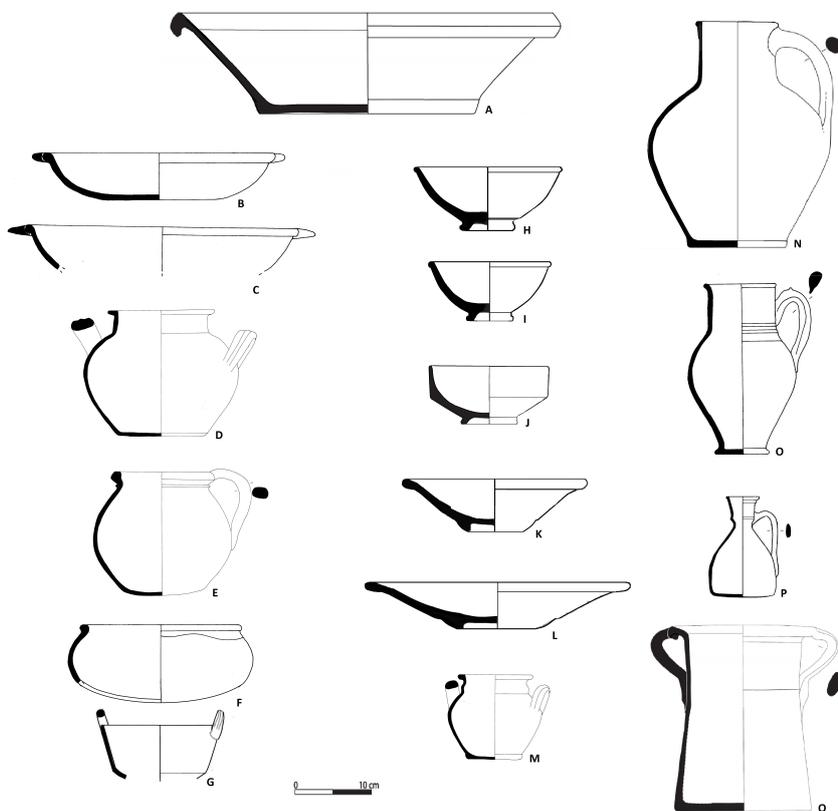


Fig. 7 – Formas de cerâmica vidrada

A sua percentagem relativamente aos outros tipos de cerâmica muda muito ao longo do tempo. Se durante os séculos XV e inícios do XVI é apenas residual, cerca de 100 anos depois irá corresponder a entre 7 a 8 % do total das colecções, número que irá outra vez aumentar em meados do século XVIII onde se torna cerca de 15% (CASIMIRO *et al.* 2018). As razões deste aumento não foram debatidas e podem estar relacionadas com mudanças nos hábitos de consumo ou com a disponibilidade das matérias-primas.

## DAS COLÓNIAS PARA PORTUGAL

Foi na zona da grande Lisboa que começou a ser notado um tipo de cerâmica, produzido manualmente sem recurso a torno, que surgia desde os finais do século XVII até inícios do século XIX. Era produzida na sua maioria com a técnica do rolo, com a superfície brunida na maior parte dos recipientes, em muito divergente das técnicas utilizadas para a produção de recipientes nas olarias portuguesas (BARROS e CARDOSO, 2006). Estas produções exógenas, afirmação comprovada através de análises arqueométricas, correspondem, sobretudo a recipientes globulares, com dimensões variáveis e classificados como panelas, destinados à cozedura de alimentos. Surgem em menor número formas abertas, sugerindo pratos ou frigideiras (Fig. 8). Até ao momento foram registados 26 sítios arqueológicos, ainda que o número real seja certamente muito maior, maioria dos quais em Lisboa.



Fig. 8 – Panela manual (fotografia G. Cardoso)

Uma das questões que mais tem desafiado os arqueólogos que estudam estes materiais trata-se da origem destas peças. A tecnologia de fabrico e a morfologia das mesmas é muito semelhante ao que por norma se reconhece como peças de produção africana levando a que alguns autores as tivessem identificado como produções relacionadas com os milhares de escravos de origem africana que habitavam em Portugal, sugerindo-se mesmo que pudessem ser manufacturadas em Lisboa (OLIVEIRA e BROCHADO, 2017; SIMÕES, 2015). A origem é no entanto externa e muito possivelmente brasileira. Na *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações redegida pelo desembargador António Delgado Silva (legislação de 1750 a 1762)*, no ano de 1756, são registados os produtos que podem ser enviados de Portugal para o Brasil e do Brasil para Portugal. Nesta última categoria, entre os animais e frutos exóticos, surge a “louça fabricada naquele Estado”. Adicionalmente, quando se analisam os inventários post-mortem do século XVIII para Lisboa, ou seja, arrolamentos de bens que eram realizados após a morte de um progenitor com o objectivo de acautelar os interesses dos filhos menores, estes documentos ilustram, com maior ou menor precisão, os objectos, bens e utensílios que existiam em determinadas casas de Lisboa. Um inventário realizado em 1763 por falecimento de Caetana Maria<sup>1</sup> que vivia com a sua família numa casa da Rua da Rosa das Partilhas, em Lisboa, integrou também o recheio da loja de mercearia que explorava com o seu marido. Dos objectos ali arrolados os mais imprevistos acabaram por proceder da loja de mercearia. A diversidade de produtos era tão grande que de algum modo expressa as intensas relações comerciais, com o interior de Portugal, com a Europa e com os territórios ultramarinos. Entre os mais diversos materiais incluía-se também uma grande diversidade de recipientes de uso doméstico cujas designações não é hábito serem apontadas. É o caso das panelas do Brasil mencionadas como possuindo diferentes tamanhos, custando estas, as maiores, cerca de 30 réis. Os objectos que têm vindo a ser encontrados nos contextos arqueológicos também eles apresentam vários tamanhos. Outro inventário muito detalhado, realizado em 1732 por óbito de Manuel de Oliveira da Cunha e Silva também incluiu, entre os normais utensílios de cozinha, umas panelas do estrangeiro de diferentes tamanhos, algumas delas brasileiras<sup>2</sup>.

A emigração forçada de milhões de africanos, enquanto escravos para trabalhar nas plantações e engenhos de açúcar sul-americanos, nomeadamente no Brasil, levou a que estes grupos se estabelecessem e desenvolvem um novo estilo de vida e produzindo recipientes que conjugavam influências de diversas zonas e diferentes entidades que se traduzem em peças com características muito próprias. Peças semelhantes já haviam sido identificadas nas colónias americanas e nas colónias das Caraíbas onde a rota dos escravos oriundos de África enviava grande número de seres humanos. Estas panelas de estilo africano, cuja forma representa a cultura de determinados grupos humanos que se realocizam num novo continente, certamente que confeririam um sabor diferente aos alimentos pelo que é provável que a sua utilização fosse desejada numa sociedade habituada aos exotismos dos constantes contactos com terras distantes, algo considerado uma mais-valia das relações coloniais (CASIMIRO, et al., 2020).

1 IANTT, Feitos findos, inventários post-mortem, Letra C, mç. 70, nº 3.

2 IANTT, Feitos findos inventário post-mortem, Letra M, mç. 247 nº 7, fl. 104.

## A CERÂMICA PORTUGUESA NAS RELAÇÕES COLONIAIS ATLÂNTICAS

Portugal foi, a par da Espanha, no século XVI, um dos maiores impulsionadores do colonialismo europeu do atlântico, acompanhado, na centúria seguinte por ingleses e holandeses. O domínio territorial consistia não apenas numa presença efectiva de populações europeias que exercessem um domínio militar e político, mas na tentativa de transposição de um modelo de vida “europeu” que acompanhava os colonos. Permitir que fossem mantidas as estruturas de pensamento e modos de estar e agir, bem como comportamentos quotidianos foi a forma como estas populações conseguiram manter o vínculo à identidade que traziam de Portugal. Manter esse estilo de vida implicava preservar hábitos semelhantes àqueles que tinham nas cidades onde eram originários ou de onde os seus antepassados tinham originado, reconhecendo-se imediatamente a importância da cultura material em geral e da cerâmica em particular. Não obstante as razões de crescimento económico das diversas cidades portuguesas que encontraram novos mercados de grande dimensão, esta manutenção de um *modus vivendi* parece ser uma das principais razões por que tanta cerâmica portuguesa era importada para os territórios coloniais. Ao consumir os mesmos objectos que os seus concidadãos que tinham ficado em Portugal os habitantes das colónias continuavam a ter os mesmos padrões de comportamento no consumo de bens materiais. Não obstante este desejo, tem sido notado em diversos territórios que nem sempre este abastecimento era possível e as comunidades portuguesas recorriam a cerâmica produzida localmente.

Este tipo de procedimento é identificado praticamente em todas as colónias portuguesas no Atlântico. Ainda que o número de trabalhos arqueológicos, sobretudo na costa atlântica africana não seja particularmente numeroso, diversos trabalhos arqueológicos foram já feitos em Ceuta, Alcácer Ceguer, Cabo Verde, Madeira, Açores e Brasil mostram um comércio continuado ainda que com diferentes quantidades. Claro que nem todos estes locais podem ou devem ser pensados da mesma forma. Os arquipélagos dos Açores e Madeira foram ocupados sem qualquer forma de contacto com populações humanas pré-existentes ou oriundas de outras partes do mundo e o modelo de vida português implementado sem qualquer problema. A maior parte dos ocupantes nas ilhas dos Açores e Madeira eram oriundos de Portugal e o modelo de consumo é em tudo decalcado da forma como os portugueses se organizavam com a mesma alimentação e forma de fazer (SOUSA, 2011). Já para Cabo Verde e Santo Tomé, ainda que aquelas ilhas não fossem habitadas, grande parte da população não veio de Portugal, mas de diversos pontos da costa africana, muitas destas pessoas num percurso marcado pela sua mobilização enquanto escravos. Isto significa que do ponto de vista das materialidades já não iremos encontrar a implementação de uma cultura europeia sem qualquer contacto com outras culturas, mas sim uma combinação ontológica geradora de novas formas de reagir ao mundo (SORENSEN *et al.*, 2013)

Já a ocupação de locais no norte de África, tais como Alcácer Ceguer, Ceuta, Mazagão, Azamor, entre outros, obrigou a outro tipo de estratégia. O carácter bélico da ocupação implicou que as populações portuguesas vivessem no interior de muralhas, em espaços muitas vezes construídos pelas populações que ali tinham habitado, mas consumindo objectos oriundos de Portugal ou de

outros pontos da Península Ibérica (TORRES e TEIXEIRA, 2019; IÑANEZ *et al.*, 2021).

Uma ocupação ainda completamente distinta foi experienciada no Brasil. A vastidão do território, a interacção com as diferentes comunidades indígenas e a mobilidade de milhões de africanos fizeram com que este território desenvolvesse um modelo de ocupação colonial diferente dos demais. A cultura material portuguesa irá reflectir isso de formas diferentes em diferentes partes do território. As realidades urbanas são sempre as mais conhecidas (BANDEIRA, 2013; GOMES, 2011), ainda que num território tão vasto e tão peculiar como o Brasil muita informação tem sido retirada sobre o consumo em diversos engenhos de açúcar e mesmo em algumas fortalezas. A dispersão da cerâmica portuguesa mostra-nos que aquela deve ter sido utilizada por um grupo bem mais alargado que os portugueses ou os seus descendentes, chegando mesmo a influenciar a produção de cerâmica nas comunidades indígenas brasileiras, tanto na forma como na decoração (NOELII e SALLUM, 2020; SALLUM e NOELLI, 2020). É interessante como objetos que eram enviados com o objectivo de colonizar nem sempre cumpriram essa função e foram utilizados por diferentes comunidades que manifestam comportamentos diferentes, algumas assimilando, outras resistindo.

O verdadeiro impacto que a cerâmica portuguesa teve nos territórios colonizados e sobretudo na vida das populações é assunto que carece de debate. Dificilmente encontramos nas publicações de escavações feitas nos diversos pontos do atlântico, números absolutos e comparativos que possam auxiliar em compreender o verdadeiro impacto destes recipientes no local. E quando esses números existem que significam eles em termos de representatividade humana na sua utilização? Escavações em diversos os pontos de Cabo Verde nas quais eu própria participei revelam que existem locais onde o número de produções europeias supera as produções africanas e noutros onde o contrário acontece. Num território em que a maioria da população não era certamente europeia, mas oriunda de diversos locais esta escolha de consumo deverá ser debatida.

Muito ainda se encontra por fazer tanto no estudo como na divulgação do impacto das produções cerâmicas portuguesas no colonialismo atlântico, bem como na importância que os objectos oriundos do Brasil, até ao momento o único território colonial do qual há provas de serem enviados objectos, tiveram em Portugal. Cada um dos sítios onde cerâmicas portuguesas aparecem deverá ser interpretado de forma isolada, em primeiro lugar, e numa perspectiva de conjunto, em segundo. Cada indivíduo, cada grupo, cada etnia, cada comunidade, relacionava-se de diferente forma com estes objectos e esta interacção deve ter em conta factores ideológicos, identitários, ambientais, económicos, sociais, entre muitas outras abordagens. Este artigo, espera-se, será o primeiro de uma série onde tentarei abordar cada uma das produções aqui mencionadas, faiança, cerâmica comum e cerâmica vidrada, na importância específica que cada uma delas teve na dinâmica atlântica, numa abordagem mais directa aos contextos coloniais, criando instrumentos de trabalho úteis aos arqueólogos atlânticos.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL57/2016/CP1453/CT0084]

**REFERÊNCIAS**

- BANDEIRA, Beatriz. A faiança portuguesa entre os séculos XVIII e XIX. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 7(2), 2012, p. 109–144.
- BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme. Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11(2), 2008, p. 347-360.
- BUGALHÃO, Jacinta, COELHO, Inês. Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica, in CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo (coord.), *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, 2017, p. 107-145.
- CASIMIRO, Tânia. Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, 2013, p. 355-373.
- CASIMIRO Tânia. From Portugal to Newfoundland in the 17<sup>th</sup> century: supplying European colonies or provisioning a fishery, in: POPE P. (ed.), *Exploring New World Transitions*. Woodbridge: Boydell, 2013, p. 224-232.
- CASIMIRO, Tânia; GOMES, João. Formas e sabores: alimentação e cerâmica nos séculos XVII e XVIII, *Conimbriga*, 2022.
- CASIMIRO, Tânia; GOMES Rosa; GOMES Mário. Portuguese Faience trade e consumption across the World (16<sup>th</sup> -18<sup>th</sup> centuries), in: BUXEDA E GARRIGÓS, Jaume; MADRID E FERNANDEZ, Mari-sol; IÑÁÑEZ, Javier (eds), *Global Pottery Proceedings – 1<sup>st</sup> International Conference for Historical Archaeology e Archaeometry for Societies in Contact*. BAR International Series 2761, Oxford: Hadrian Books, 2015, p. 67-80.
- CASIMIRO, Tânia.; HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; BOAVIDA, Carlos Lead glazed ceramics in Lisbon (16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries), in: PEREIRA, Sílvia; MENEZES, Marlucci; RODRIGUES, José (eds) *GlazeArt2018. International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*, Lisboa: LNEC: 2018, p. 268-282.
- CASIMIRO, Tânia; HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; RAMOS, Dário. Pottery Use and Social Inequality in Mid-18<sup>th</sup> century Lisbon. An Initial Approach, in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress, 2019, p. 1-15.
- CASIMIRO, Tânia, SIMÕES, Sara; RIJO, Delminda. Painéis Manuais. In HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa (Edits.), *O Dia em que a Casa foi Abaixo. Catálogo da Exposição*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão Património Cultural, 2020, p. 39-40
- FERNANDES, Isabel. *A loiça preta em Portugal. Estudo histórico, modos de fazer e usar*, 2 volumes,

Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho, 2012.

- GOMES, João. Entre O Trato E a Bagagem: Circulação De Faiança Entre Lisboa E Salvador Da Bahia (séculos XVI E XVII), *Revista de Artes Decorativas*, 5, 2011, p. 179-195
- HALLET, Jéssica; SENOS, Nuno *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Volume 2: Documentos. Lisboa, CHAM, Fundação da Casa de Bragança, 2018.
- HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; CASIMIRO, Tânia; KRUS, Alexandra. Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa), in: *Fragmentos de Arqueologia, Extrair e Produzir... Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, 2019, p. 108-120.
- IÑANEZ, Javier; TORRES, Joana; TEIXEIRA, André; SÁNCHEZ-GARMENDIA, UXUE; CALPAROSO-FORCADA, Estefania; ARANA, Gorca. The supply of ceramics to Portuguese North African strongholds in the 15th and 16th centuries: New archaeometric data from Ksar Seghir and Ceuta, *Journal of Archaeological Science: reports*, 37, 2021
- LEÃO, Manuel. *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Porto: Fundação Manuel Leão, 1999.
- NEWSTEAD, Sarah; CASIMIRO, Tânia. *Strange Adventures in a City Made of Marble: Exploring Pottery Production in Estremoz, Portugal, Medieval Ceramics*, 37, 2018, p. 37-45.
- NEWSTEAD, Sarah; CASIMIRO, Tânia. What's that Smell? New Directions for Material Studies, *Antiquity*, 377, 2020, p. 1314-1324.
- NOELLI, Franciso; SALLUM, Marianne. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 34, 2020, p. 132-152
- OLIVEIRA, Filipe; BROCHADO, Sara. Produções cerâmicas manuais do período Moderno, um contributo para o seu estudo. In COELHO, Inês; TORRES, Joana; GIL, Luís; RAMOS, Tiago (eds.). *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da Arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*, Lisboa: CHAM, 2017, p. 251-260.
- PLEGUEZUELO HERNANDÉZ, A.; HUARTE CAMBRA, R.; SOMÉ MUÑOZ, P.; OJEDA CALVO, R. (1997) – Cerámicas de la Edad Moderna (1450-1632), in Rodriguez, T. e Angel, M. (eds) *Real Monasterio de San Clemente : una propuesta arqueológica*: Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997, p. 130-157.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters Practices in Brazil: From Tupiniquim to Paulistaware, *International Journal of Historical Archaeology* 24(3), 2020, p. 546-570.

- SEBASTIAN, Luís. *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SILVA, Filipa. *As formas de pão de açúcar da olaria da Mata da Machada e o comércio marítimo atlântico*, tese de mestrado apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.
- SILVA, Ricardo. Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo Paço episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença, in TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, volume 2, Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, p. 877-890.
- SILVA, Ricardo. Um carregamento de abóbada na igreja quinhentista de Santo António (Aveiro, Portugal), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21: 2018, p. 181-195.
- SILVA, Ricardo. Lead-glaze ware from Coimbra (Portugal): 1550-1600 in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Post-Medieval pottery between (its) borders*, Oxford: Archaeopress, 2019, p. 181-190.
- SILVA, Ricardo.; Morgado, Paulo. As formas de açúcar de Aveiro (Portugal): estado actual da investigação, *Arqueologia Moderna e Contemporânea*, 2, 2020, p. 155-171
- SIMÕES, Sara Uma panela na Rua da Saudade, Lisboa – Legado de Populações escravas em Portugal? In Saez de la Fuente, S.; Tejerizo Garcia, C.; Gonzalez de Alaiza, L.; Hernández Beloqui, B.; Hernando Alvrez, C. (coord.) *Actas VII JIA, Arqueologias sociais, arqueologia em sociedade*, Vitória Arkeogazte, 2015, p. 151-160.
- Sørensen, Marie, Evans, Chris, Casimiro, Tânia. Pottery in Cidade Velha – Cabo Verde in TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, volume 2, Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, p. 813-820.
- SOUSA, Élvio. *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores: (séculos XV-XVIII)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- Torres, Joana; Teixeira, André. Habitar na Alcácer Ceguer portuguesa (Marrocos): Dois casos de apropriação de espaço doméstico islâmico nos séculos XV e XVI. In Villada Paredes, Fernando; Valriberas ACEVEDO, R.; TORRES, Joana (eds.), *Los orígenes de la expansión europea ceuta 1415: Congreso Internacional Ceuta*: Instituto de Estudios Ceutíes, 2019, p. 9-39
- VERA REINA, M.; LÓPEZ TORRES, P. *La cerámica medieval sevillana (siglos XII al XIV). La producción trianera*, Bar International Series, Oxford: Archaeopress, 2005

WILCOXEN, Charlotte. Seventeenth-century Portuguese Faiiança and its Presence in Colonial America, *Northeast Historical Archaeology*, 1999, p. 28: 1-20.

ZORZI, Flávia. Approaches to the presence of Portuguese Faiianças in the Archaeology of Buenos Aires, Argentina, in: GOMES, Rosa, CASIMIRO, Tânia; GOMES, Mário (eds), *Proceedings of the first International conference of Portuguese Faiience (16th-19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2016, p. 345-354.

Recebido em: 05/04/2022  
Aprovado em: 20/05/2022  
Publicado em: 30/06/2022